



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Projeto de Lei nº 698/2020

Autor: Executivo Municipal

I-RESUMO DA PROPOSIÇÃO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, que institui o código municipal de ciência, tecnologia e inovação e dá outras providências.

II – FUNDAMENTOS

O Presente Projeto visa estabelecer medidas de incentivo às atividades, científicas, tecnológicas e de inovação que sejam realizadas no Município de Nova Friburgo. Para a análise desse Projeto devemos ter como parâmetro aquilo que foi requerido pela Lei Orgânica Municipal quando trata do tema sensível a este Projeto.

A LOM, reserva um capítulo inteiro para tratar da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação. Trazendo uma verdadeira inovação no âmbito do Municipal. Sabemos bem que em nossos dias a tecnologia, ciência, pesquisa, tecnologia e as inovações têm um papel central na sociedade e no mundo.

Ao reservar um capítulo para esse tema o Legislador já demonstrou o caminho para o

pleno desenvolvimento municipal, que só será alcançado com o desenvolvimento tecnológico aliado a todos os setores sociais. Por isso, não poderia ser diferente a previsão legal em sede da LOM de todo esse conteúdo.

Pois bem, ao Tratar de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, o Legislador deu os parâmetros para que tudo isso possa ser utilizado na Administração Pública e são esses os parâmetros que entendemos ser necessários para a correta avaliação do Projeto de Código que está em análise.

Os artigos 419 a 425 da Lei Orgânica Municipal serão os que utilizaremos para fazer uma análise macro da Lei em questão.

A primeira coisa que observamos na LOM é que ela delega ao Poder Público o papel de fomentador/estimulador das atividades de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, esse estímulo deve ser feito principalmente de forma direta, buscando financiamento federal e/ou estadual (Artigo 429, I), e também estimulando que as empresas privadas utilizem recursos próprios para financiar o desenvolvimento tecnológico municipal (artigo 429, II).

E sem contar que o Parágrafo único do mesmo artigo é enfático em dizer que a mobilização de recursos em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação é condição fundamental para a promoção do desenvolvimento municipal. Sendo assim, o fomento financeiro por parte do Poder Público, seja alocando recursos obtidos de outros entes federativos, seja através de parecerias público-privadas, constitui condição *sine qua non* para o desenvolvimento municipal. Se não vejamos:

Art. 419. O Poder Executivo fomentará e estimulará atividades de produção e difusão da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, buscando:

- I – fontes de financiamento em âmbito federal ou estadual;
- II – incentivo às empresas para aplicar recursos próprios no desenvolvimento e na difusão da pesquisa, da ciência, da tecnologia e da inovação.

Parágrafo único. A mobilização dos recursos em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação do Município constitui condição fundamental para a promoção do desenvolvimento municipal.

E nesse primeiro quesito imposto pela LOM o Projeto de Código reservou uma seção para que fosse tratado o assunto. Sendo ele feito do artigo 19 até o artigo 21. Criando ainda um Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de promover atividades inovadoras, tecnológicas, sociais, sustentáveis ou ambientais do Município que tiverem a forma de projeto e programas (artigo 31 ao 36).

O artigo 420 da LOM é enfático em também colocar o Poder Público como um estimulador do desenvolvimento da pesquisa, da ciência, da tecnologia e da inovação e a difusão do conhecimento especializado, senão vejamos:

Art. 420. O Município estimulará, através de esforços próprios ou por meio de parceria ou convênio com órgãos da União ou do Estado ou com entidades privadas, o desenvolvimento da pesquisa, da ciência, da tecnologia e da inovação e a difusão do conhecimento especializado, tendo em vista o bem-estar da população e a mitigação ou solução dos problemas econômicos, sociais e de infraestrutura.

Nesse quesito de fomento o Projeto é farto em trazer muitas formas de fomento por parte do Poder Público, podemos citar a criação de um programa de incentivo à ciência, tecnologia e inovação, que será feito através de incentivo fiscal, sendo concedido a pessoas físicas e jurídicas que estiverem estabelecidas em Nova Friburgo, com o objetivo de promover o empreendedorismo inovador de interesse da população friburguense (artigo 37 ao 38).

Além disso temos estímulo à participação das instituições científicas, tecnológicas e inovadoras, sendo feito por contrato ou convênio, mediante contrapartida financeira ou sem ela, compartilhando laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com empresas sediadas no Município de Nova Friburgo (artigo 39)

Sem contar que ainda trata do estímulo a inovação nas Empresas, que é o que está descrito de forma clara no inciso II do artigo 419 da LOM, previsto nos artigos 40 ao 42 do Projeto de Código.

Partindo para a parte de políticas municipais para o desenvolvimento e fomento da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, temos o artigo 421 da Lei Orgânica Municipal que dá as diretrizes, vejamos o artigo:

Art. 421. A política municipal, inclusive de gestão, nortear-se-á enfaticamente para o desenvolvimento e fomento da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, inclusive, nesse âmbito, para:

- I** – criação e instituição de agência própria de fomento municipal;
- II** – apoio e estímulo, incluindo financeiro, por meio de normatização específica, às respectivas iniciativas;
- III** – investimento na formação de recurso humano especializado, quer para a gestão da administração pública, quer para atendimento do meio socioeconômico municipal;
- IV** – estabelecimento de estratégias para fomento de ambientes facilitadores à capilarização das iniciativas atinentes nos setores produtivos do município;
- V** – alavancamento da atração e manutenção de entidades e empresas nesses ramos;
- VI** – valorização de atividades e equipamentos públicos de pesquisa e educação;
- VII** – incentivo às unidades educacionais e de pesquisa, nos diversos níveis, para a formulação e implementação, inclusive através do currículo, de atividades específicas e afins;
- VIII** – articulação integrada entre o Poder Público, universidades, centros tecnológicos, entidades e empresas dos respectivos ramos;
- IX** – inserção de tecnologia e inovação à gestão e às políticas públicas municipais;
- X** – instituição de acordos de cooperação e inovação com outros entes da federação, países e organismos nacionais e internacionais na área;
- XI** – viabilização de adoção de sistemas inteligentes de apoio à gestão municipal e de interação entre poder público e população, estimulando a disseminação de ações de governo eletrônico (E-Gov), com a integração entre os órgãos municipais;
- XII** – apoio a iniciativas locais desenvolvidas por empreendedores da área de tecnologia de informação;

XIII – fomento ao empreendedorismo e a inovação que contribuam para a modernização, crescimento empresarial, fortalecimento dos setores econômicos localizados no município e consequente geração de emprego e renda;

XIV – apoio a ações voltadas ao estímulo de novos empreendimentos de base tecnológica, de forma a contribuir para a constituição e fortalecimento do Parque Tecnológico da Região Serrana, interligando os municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, entre outros, através de ações estratégicas voltadas ao fortalecimento dos empreendimentos existentes e à atração de novas empresas e profissionais para a cidade e a região.

Nesse ponto o Projeto de código reservou todo um capítulo para tratar do tema de Política Municipal de ciência, tecnologia e inovação, indo do artigo 4º até o artigo 13. Sendo assim, vemos o cuidado que teve o Executivo em atender todas as demandas do artigo citado acima.

A primeira coisa que nos chama atenção na Lei Orgânica é a criação de uma agência própria de fomento municipal, que entendemos ser o Sistema Municipal de Inovação de Nova Friburgo, criado no artigo 10 do Projeto. Tendo diversas finalidades, dentre elas, a de colaborar para o alcance do patamar de Cidade Inteligente, mobilizar ações de desenvolvimento econômico, social e ambiental do município e ainda viabilizar a articulação estratégica das atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuam direta e indiretamente no desenvolvimento de inovação em prol da Municipalidade.

O outro ponto da política pública, presente no inciso II do artigo 421 da LOM é o apoio e o estímulo, incluindo financeiro, por meio de normatização específica, às respectivas iniciativas, que já foi tratado anteriormente quando falamos da forma de fomento pelo Poder Público.

Sem contar que a LOM ainda fala acerca da contribuição para a constituição e fortalecimento do Parque Tecnológico da Região Serrana, o que é citado pelo Projeto, quando trata da Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, presente no artigo 7º, VIII, ampliando essa perspectiva para além da Região Serrana.

Devemos citar ainda o artigo 424 da LOM que traz importantes mandamentos para o tema:

Art. 423. A lei estabelecerá o plano municipal de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação das atividades para o desenvolvimento científico e estabelecerá meta de aplicação de recursos públicos em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação.

Parágrafo único. Deverá ser instituído Conselho Municipal de Pesquisa, Ciência, Tecnologia e Inovação, de caráter deliberativo, bem como previsão de conferências municipais para formulação, debate e atualização permanente das respectivas políticas públicas.

A primeira delas é o plano municipal de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação que é tratada pelo Código como Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, que será elaborada a cada 5 (cinco) anos pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Além da criação da Política Municipal o Projeto ainda fala sobre a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização Das Nações Unidas. Uma atitude louvável do Poder Público em colocar Nova Friburgo no mapa do Desenvolvimento sustentável e tecnológico.

A LOM ainda trata da Criação de um Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Informação, que está regulado pelos artigos 14 a 18 do Projeto de Lei, deixando claro que a intenção do Código é de regulamentar a LOM em tudo aquilo que ela estabelece como diretriz para Ciência, Tecnologia e Inovação.

Outra importante inovação é a criação de um Plano Diretor de Tecnologias da Cidade Inteligente que visa colocar Friburgo no trilho do crescimento tecnológico e sustentável, auxiliando a vida dos moradores e investidores locais que poderão contar com as diversas tecnologias aqui desenvolvidas e aplicadas.

Esse Plano Diretor recebe, neste Projeto, diretrizes para sua formatação e execução que estão previstas do artigo 51 ao 67.

Esses são os principais apontamentos que fizemos em relação à conformidade do Projeto de Código em relação a nossa Lei Orgânica Municipal, que muito ajudou na

elaboração desse Projeto. Porém não podemos nos esquecer de tratar também dos dispositivos constitucionais pertinentes a matéria.

Começaremos citando o artigo 23, V da Constituição que coloca como competência comum dos Entes Federativos proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

Sendo assim, não há que se falar em vício de competência legislativa por usurpação das repartições feitas pela Constituição Federal, sendo certo, que é de competência comum de todos os Entes fazer com que todos os cidadãos tenham acesso à ciência, tecnologia e a inovação. Certo é que este é o objetivo do Código em tela, este está em pela adequação com estes artigos da Constituição da República.

Pode-se suscitar que quando tratou da competência legislativa a Constituição não deu ao Município a prerrogativa de Legislar a respeito da matéria, como podemos ver com a leitura do artigo 23, IX da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Porém, como sabemos, a Constituição deve ser interpretada como um todo e não de forma isolada, de modo que não haja contradições no próprio Texto Maior. Por isso temos que analisar que todo o assunto tratado no Projeto de Código é de interesse local, adequando-se ao que sinaliza o artigo 30, I da Constituição, senão vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

E sem contar que o Capítulo da Carta Magna que trata da matéria que está sendo regulada pelo Projeto de Lei traz em seu bojo o seguinte artigo:

Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto

públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCTI.

§2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades.

Sendo assim, não temos dúvidas de que o presente Projeto de Lei Complementar está plenamente adequado ao que é previsto pela Constituição Federal de 1988.

Quando olhamos materialmente vemos que o Código se adéqua à Constituição já em sua nomenclatura, visto que o Capítulo IV reservado ao tema recebe o mesmo nome do Código sob análise.

Sobre a adequação material, citaremos aqui 3 (três) artigos desse capítulo da Carta Magna:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

§ 6º O Estado, na execução das atividades previstas no caput, estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo.

§ 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.

Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.

A simples leitura desses artigos nos mostram o quanto o Código está plenamente adequado com a materialidade da matéria tratada na própria Constituição Federal, mostrando um alinhamento com as políticas públicas a nível Federal, Estadual e agora Municipal.

Além disso, o Código proporcionará que Nova Friburgo esteja na vanguarda daquelas cidades que buscam o crescimento através da implementação de tecnologias que trarão um desenvolvimento ainda mais sustentável.

III – DOS VOTOS

Por todo o exposto, sendo certo que o Projeto de Lei Complementar está plenamente adequado formal e materialmente com a Constituição Federal e ainda que se adéqua ao que está previsto na Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, **opinamos favoravelmente ao prosseguimento do Projeto.**

Seja dado vista aos demais membros da comissão.

Nova Friburgo, 01 de Dezembro de 2020.



JOHNNY MAYCON

Relator

DE ACORDO



De Acordo

